



Quanto Custou ao Brasil a Segunda Guerra Mundial?*

Germano Seidl Vidal**

O tema de que nos ocuparemos é interrogativo, pois traduz minha perplexidade quando o levantei, em ensaio, publicado no *Mensário de Cultura Militar*, editado pelo Estado-Maior do Exército, em 1963.¹ Recentemente, esse ensaio foi transcrito, *ipsis literis*, na *Revista da Escola Superior de Guerra*, em 1990.²

Redescobrimo o assunto para as comemorações do cinquentenário do término da Segunda Guerra Mundial, estimulado pelo IGHMB, não sei dizer se há hoje uma resposta cabal a tão importante indagação.

CUSTO DA GUERRA PARA OS PRINCIPAIS CONTENDORES (1939-1945)

Há um balanço final nas guerras modernas, trágico e desolador, no qual cada país beligerante enumera as parcelas que constituem o seu ônus a Marte. Da Primeira e da

** Coronel do Exército, sócio-efetivo do IGHMB e ex-integrante da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália (1944-1945).

* Selecionado pelo PADECEME.

¹ Exemplar março-abril de 1963 — Ano XV — Números 173-174, folhas 93 a 109.

² Exemplar nº 15 — Ano VI — 1990, folhas 209 a 230.

Segunda Grandes Guerras, os dois conflitos que convulsionaram, inicial e sucessivamente, o globo terrestre, conhecem-se dados do que custaram a cada principal contendor. Assim, por exemplo, colhemos as seguintes informações:

• *“Em dezembro de 1945, James H. Brady e a American University estimaram os gastos totais da Segunda Guerra Mundial em US\$ 1.154.000.000.000 e calcularam os danos em propriedade em US\$ 230.900.000, excluindo a China.”*³

• *“Estados Unidos — US\$ 317.600.000.000; União Soviética — US\$ 192.000.000.000; Reino Unido — US\$ 120.000.000.000; Alemanha — US\$ 272.000.000.000; Itália — US\$ 94.000.000.000; Japão — US\$ 56.000.000.000”*.⁴

• *O custo militar direto para os Estados Unidos da América, relativamente à mobilização de 12 milhões de homens e ao suprimento de guerra para seus aliados, foi de aproximadamente US\$ 350.000.000.000 entre 1939 e 1946.*⁵

No Brasil, entretanto, desconhece-se a existência de um dado oficial que englobasse os seus gastos e prejuízos com a Guerra de 1939-1945, da qual participamos ativamente. Existe, diversificada literatura sobre as despesas públicas, comércio exterior, aspectos econômicos, conseqüências, relatórios, prejuízos ao patrimônio ou reparações, ligados aos gastos bélicos, traduzindo setorialmente informações sobre os nossos problemas durante o conflito mundial e as suas fa-

ses preparatória e conseqüente. A falta de dados globais, especialmente os de caráter oficial, deixa ao pesquisador o arbítrio de um julgamento perante a História, no sentido de fazer a contabilidade hipotética de nossos gastos e prejuízos na Segunda Guerra Mundial, como há 32 anos tentamos fazer, e agora, ampliamos essa tentativa, pelo afloramento de questões nela envolvidas.

LEI DE EMPRÉSTIMO E ARRENDAMENTO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E CORRESPONDENTES ACORDOS COM O BRASIL (1941-1942)

São significativos os registros seguintes:

“Nas Ilhas Britânicas, não havia armamento suficiente para reequipá-las e menos para armar a Guarda Nacional, mobilizada a toda pressa, para o eventual desembarque alemão.

Os Estados Unidos ainda não tinham capacidade de produção. Os únicos aviões e canhões disponíveis para embarque imediato eram aqueles que constituíam os próprios estoques da Marinha e do Exército.

O arranjo de cash and carry não podia funcionar por muito tempo. A queda da França comprometeu seriamente as encomendas feitas [...] Os Estados Unidos começaram a fornecer, a todos que combati- am o Eixo, os armamentos de que precisavam [...] É quando Roosevelt propõe ao Con-

3. *Encyclopedia Americana* — pág. 560 volume 21.

4. *Op. cit.* 1.

5. *Encyclopedia Britannica* — pág. 7.938 volume 23.

gresso a Lei de Empréstimo e Arrendamento, cuja amplitude fez tremer os senadores americanos. Mas, sem ela, não teria sido ganha a guerra."

"A Discussão do projeto que o Secretário da Câmara carimbou com a marca H. R. 1776, foi a última fase de um debate nacional que vinha se processando, com vigor crescente [...]. Propunha um amplo princípio de política externa e apresentava o método capaz de torná-la exequível [...]. Alcançava qualquer país cuja defesa o Presidente dos Estados Unidos considerasse vital para a defesa dos Estados Unidos" (grifo nosso).

"O projeto autorizava o Presidente a vender, transferir, trocar, arrendar, emprestar ou, de qualquer forma, dispor de qualquer artigo de defesa, em benefício de qualquer nação cuja defesa ele considerasse vital para a segurança dos Estados Unidos."⁶

Essa lei foi aprovada pelo Congresso Americano, em 11 de março de 1941, e deu margem ao Acordo de Empréstimo e Arrendamento entre o Brasil e os Estados Unidos, de 1º de outubro de 1941, que veio a ser modificado, para vantagem mútua, em 3 de março de 1942, acordos esses conhecidos como *Lend-Lease*.

Pelo Acordo, os Estados Unidos se propunham a fornecer armamentos e munições de guerra até o valor aproximado de US\$ 200 milhões, estabelecendo um desconto de 65% sobre o preço de tabela do material entregue.

As condições de pagamento parcelado estabeleciam que a primeira parcela não poderia ser superior a US\$ 11,6 milhões, até

01.01.1943, e as seguintes nunca superiores a US\$ 70 milhões antes de 01.01.1948.

Os Estados Unidos tinham garantia total na execução do Acordo, até mesmo quando, "sobrevindo circunstâncias", viessem a necessitar do material de defesa ou de informações que o Brasil estivesse em condições de atender — vale dizer, devolver ou simplesmente informar...

Na execução do Acordo, dois registros históricos nos parecem sumamente interessantes, em particular pela seriedade das fontes aqui citadas.

Frank D. Mc Cann Jr, nos diz, em obra publicada em 1973, o seguinte:

"Ao mesmo tempo, os Estados Unidos estavam recompondo seu Programa de Empréstimo e Arrendamento para suprimento de armas como meio de assegurar a hegemonia americana sobre o Hemisfério Ocidental, incluindo o Brasil."⁷

O Tenente-Coronel Newton Corrêa de Andrade Mello, desbravando o intrincado problema que nos propusemos explorar, teceu, em conferência proferida em 1958, na ABI, considerações importantes:

"Não exageramos afirmando que a guerra dessangrou a nossa já frágil economia. O mar nos tragou mais de trinta navios, num total aproximado de cem mil toneladas, debilitando de tal sorte a nossa Marinha Mercante que até hoje não conseguiu ela recuperar-se. A Armada perdeu três navios, entre os quais um dos cruzadores que possuía. Mais de duas mil vidas foram ceifadas em terra, no ar e no mar. A Lei de Empréstimo e Arrendamento que permitiu a

6. SILVA, Hélio. 1942, *Guerra no Continente*, Editora Civilização Brasileira, 1972.

7. McCANN, Frank D. Jr., Princeton University Press. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*.

revitalização de nossas Forças Armadas, o equipamento da FEB e a sua manutenção em campanha, custou-nos a cifra de US\$ 361 milhões cuja última parcela foi paga no dia 1º de julho de 1954, em cerimônia realizada no Departamento de Estado Americano".⁸

O incremento da cooperação político-militar com os Estados Unidos da América, a partir do *Lend-Lease*, levou a assinatura de um convênio,⁹ em 23.05.1942, mantido secreto por conveniência dos dois governos, "estabelecendo que aquela cooperação, para proteção de ambos os países e do Continente, deveria continuar até desaparecerem os efeitos do atual conflito". Referia-se, então, à Resolução aprovada na III Reunião dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em 28.01.1942, no Rio de Janeiro. Nos seus vinte artigos são delineadas as condições de emprego das respectivas Forças Armadas, acompanhadas por duas comissões, técnico-militares mistas brasileiro-americanas. Fixam, ainda, que as Bases Navais e Aéreas no território brasileiro poderão ser guarnecidas por forças dos Estados Unidos da América, a pedido do Governo brasileiro (art. IV). Para o escopo de nosso trabalho, convém ainda lembrar o Art. XIII, transcrito a seguir:

"Os Estados Unidos da América facilitarão imediatamente a aquisição para o Brasil de material já requisitado de material bélico que for necessário para completar as suas formações de guerra e, ainda, os materiais indispensáveis para o desenvolvimento de suas indústrias militares e de suas

redes ferroviárias nas zonas prováveis de operações."

Esse convênio teve arremate, no pós-guerra, com o "Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos da América", assinado em 15.03.1952, somente ratificado em 08.05.1953 e promulgado, publicamente, no Brasil, pelo Decreto número 33.044, de 15.06.1953 (D.O. de 23.06.1953). Nele há um dispositivo, pouco conhecido, que restringe o uso dos armamentos por nós recebidos, excluindo o emprego em missões constitucionais de segurança interna. Diz o inciso 2 do Art I: "*Cada governo se compromete a fazer uso eficaz da assistência recebida do outro, de conformidade com este Acordo, no sentido de pôr em execução os planos de defesa aceitos por ambos que determinem a sua participação em missões relevantes para a defesa do Hemisfério Ocidental e não utilizará essa assistência para fins diversos daqueles para que foi fornecida, sem prévia anuência do outro governo*". (O grifo é nosso.)

NOSSOS GASTOS E PREJUÍZOS COM A GUERRA (1942-1945)

Recolhemos durante a pesquisa, retratada no artigo já mencionado, em 1963, de fontes variadas, valores que tratam parcialmente a questão. Nesse elenco de variáveis econômico-financeiras, distingüimos duas clas-

8. MELLO, Newton Corrêa de Andrade, Ten Cel. *Causas e Conseqüências da Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

9. Arquivo de Getúlio Vargas, Vol. XXXVII, Doc. 70, secreto.

ses de informações: a primeira inclui os valores tangíveis, dos quais registramos as cifras na moeda corrente à época da pesquisa (real ou réis e cruzeiros), para cuja conversão em dólares americanos nos esforçaremos por produzir, com ressalvas de eventuais im-

precisões...; a segunda classe de informações é um mero arrolamento de custos e prejuízos indiretos, também significativos mas de difícil contabilização.

Os Quadros de 1 a 4, a seguir, registram os dados (tangíveis e intangíveis) pesquisados.

QUADRO 1: Gastos e Prejuízos Tangíveis

GRD	Discriminação	10 Cr\$	10 ³ US\$*
01	NOTA DE PREJUÍZOS DO GOVERNO BRASILEIRO, s/incluir desp. de guerra.	1.500.000	78.000
02	LEVANTAMENTO GLOBAL EFETUADO PELO TEN-CEL MANOEL THOMAZ CASTELLO BRANCO. Danos materiais e pessoais (inclui 01-06-07).	21.000.000	1.091.000
03	DANOS SOFRIDOS PELA MARINHA MERCANTE (1942-1943).	750.000	38.961
04	RECLAMAÇÕES BRASILEIRAS — danos pessoais e patrimoniais, despesas orçamentárias de guerra, etc.	7.900.000	410.389
05	DANOS DIVERSOS ÀS CIAS. DE NAVEGAÇÃO — cargas perdidas, seguros, danos pessoais, etc.	563.000	29.246
06	ORÇAMENTOS DOS MINISTÉRIOS MILITARES (1942-1945) — detalhados no Quadro 2.	12.662.873	657.812
07	LEND-LEASE (1941-1945).	6.498.000	361.000
08	CUSTOS TANGÍVEIS AINDA NÃO CONTABILIZADOS — Relação no Quadro 3.

* Conversão para o valor de compra em US\$, à época, fornecido pelo Banco Central em maio de 1995, exceto GRD 07, *Leand Lease*, convertido ao câmbio oficial.

FONTES

1. CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz, Ten Cel. *O Brasil e a Segunda Guerra*, Bibliex, 1957.
2. CALÁBRIA, Mário. *O Problema das Reparações de Guerra*, MRE, 1948.
3. VIDAL, Ademar. *Reparações de Guerra*, MRE, 1952.
4. OLIVEIRA, Antonio Camilo de, Embaixador. *A Política Exterior do Brasil, em Particular em os EUA*, ESG, 1956.

QUADRO 2: Orçamento dos Ministérios Militares durante a Segunda Guerra Mundial

Anos	Verbas Orçamentárias Cr\$	Créditos Suplementares Cr\$	Total Cr\$	Total US\$ equivalente*
1942	1.488.199.257,00	592.300.996,00	2.080.500.523,00	107.131.849,79
1943	1.800.868.236,00	1.236.896.799,00	3.037.765.035,00	156.424.564,11
1944	2.436.915.421,00	1.508.966.181,10	3.945.881.602,10	204.980.862,45
1945	2.813.940.643,00	784.785.868,30	3.598.726.511,30	186.946.831,76
Total	8.539.923.827,00	4.122.949.844,40	12.662.873.671,40	657.811.584,42

* Acrescida ao trabalho original por G.S.V. taxas de valor de compra do US\$, à época, fornecidas pelo Banco Central, em maio de 1995.

FONTE

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz, Ten-Cel. *O Brasil na Segunda Grande Guerra*, Bibliex, Rio, 1960.

QUADRO 3: Gastos e Prejuízos Tangíveis Ainda não Contabilizados

GRD	Discriminação	Custo Estimado
01	ALTERAÇÃO DA ORDEM DE BATALHA PARA DEFESA DO TERRITÓRIO NACIONAL	...
02	MOBILIZAÇÃO MILITAR (PESSOAL E MATERIAL)	...
03	PAGAMENTO EM MOEDA FORTE AOS CONTINGENTES NO EXTERIOR (INCLUSIVE A FEB)	...
04	EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS ESTRATÉGICOS INCLUSIVE ALIMENTOS, A PREÇOS FIXADOS PELO COMPRADOR	...
05	AFRETAMENTO DE 12 NAVIOS AO PREÇO DE US\$ 1,00 MENSAL POR UNIDADE E COMPROMISSO DE DESTINAR 23 DOS QUE NOS RESTAVAM AO TRÁFEGO C/EUA	...
06	CESSÃO DE BASES AÉREAS E NAVAIS NO NORTE E NORDESTE DO BRASIL	...
07	EFICAZ CONTRIBUIÇÃO MILITAR NA CAMPANHA DA ITÁLIA	...
08	SERVIÇO DE PATRULHA E COMBOIO DE NOSSA MARINHA DE GUERRA	...
09	VIGILÂNCIA TERRESTRE E AÉREA DE NOSSA COSTA	...
10	CUMPRIMENTO AOS TRATADOS VIGENTES DE DEFESA COMUM AO HEMISFÉRIO	...

OBSERVAÇÃO — A colocação do sinal ... na coluna do "Custo Estimado" significa que o dado pode ser produzido, em face da realidade dos acontecimentos e um trabalho maior de pesquisa e avaliação, obtendo os valores ditos "tangíveis".

QUADRO 4: Ônus Intangíveis a Levar em Conta

GRD	Discriminação	Ônus
01	RACIONAMENTO INTERNO (alimentos e combustíveis), com restrição ao consumo interno de proteínas;	—
02	CONGELAMENTO DOS SALDOS COMERCIAIS NO EXTERIOR (área do dólar e da libra);	—
03	EMIÇÃO PARA FINANCIAR A PRODUÇÃO DOS PRODUTOS EXPORTADOS E A MANUTENÇÃO DE ESTOQUES AGRÍCOLAS NO BRASIL E NO EXTERIOR;	—
04	RESTRIÇÕES AO "IR e VIR" DA NOSSA POPULAÇÃO;	—
05	NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM SOB CONSTANTE AMEAÇA E BAIXAS EM PESSOAL E MATERIAL;	—
06	PERDA DOS TRADICIONAIS MERCADOS DE EXPORTAÇÃO BRASILEIROS E SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS DE NOSSA PAUTA POR OUTROS CONSIDERADOS ESTRATÉGICOS PARA NOSSOS ENTÃO ALIADOS.	—

OBSERVAÇÃO — A colocação do sinal "—" na coluna "ônus", significa que os mesmos foram considerados "intangíveis", ou seja, de impossível valorização, tantos foram as repercussões, diretas ou indiretas, dos fatos relacionados, na vida nacional, em particular da sua população (em 1940, tínhamos 41.165.289 habitantes, sendo 20.582.099 do sexo feminino e 20.583.190, do masculino, dos quais 53% de jovens menores de 20 anos).

PERDAS MARÍTIMAS BRASILEIRAS (1942-1945)

Constituímos um tópico à parte para tratar dessas perdas, dado o elevado número de navios torpedeados, o sacrifício elevadíssimo de pessoal e a extrema dedicação da nossa Marinha Mercante e de Guerra em bem cumprir suas tarefas na manutenção do transporte marítimo de coletagem e de suprimento aos Aliados.

Nos dois expressivos quadros a seguir, sintetizamos informações preciosas, arroladas a partir da liberação dos arquivos secretos da Marinha alemã e divulgadas pelo Almirantado Britânico, ampliadas com pesquisas realizadas há tempos no Serviço de Documentação da Marinha Brasileira e outras fontes fidedignas. Neles, o volume de dados expressos nos dois quadros e sua evidente dramaticidade, dispensam, no momento, comentários adicionais.

NOTA — Ao rever esta matéria para edição, deparei-me com testemunho interessante sobre *Os Submarinos Alemães*, publicado em 1987 pelo INCAER e organizado por José Lins de Melo, com participação de oficiais egressos do CPOR/Aer e convocados para a guerra. Nele, Alberto Martins Torres, piloto do *Catalina*, que afundou o *U-199*, em 31.07.1943, confirmado pelo recolhimento dos sobreviventes (o comandante, três oficiais, e oito marinheiros), faz revelações interessantes sobre a atuação dos submarinos alemães, na costa brasileira, em 1943.

Destacamos as seguintes:

• Em 25.06, o *U-513* afundou um petroleiro solitário americano, o *Eagle*, a poucas milhas de Cabo Frio. O mesmo *U-513* afundou, em 30.06, um navio de cabotagem brasileiro e o cargueiro americano *Elihu B. Washburn*, perto do Rio de Janeiro.

• Nos dias 12 e 15.07, o *U-172* afundou um navio inglês a 225 milhas ao sul de Cabo Frio e um cargueiro americano exatamente no paralelo do Trópico de Capricórnio;

• Na noite de 3.07, o *U-199* abateu um avião *Martin-Mariner-PBM* norte-americano, que o atacava com o auxílio de pára-quadras luminosos, quando navegava na superfície. Houve perda de toda a tripulação do avião;

• O *U-192* afundou um cargueiro norueguês em 16.07 e, um inglês, no dia 24;

• O *U-513* afundou em 16.07 um cargueiro americano, procedente de Buenos Aires, com preciosa carga de tungstênio, a 120 milhas de Florianópolis;

• No dia 19.07, um avião *PBM* norte-americano — deslocado para Florianópolis — fez contato com o *U-513*, afundando-o, sendo recolhidos seis tripulantes pelo destróier *Barnegat*, da Marinha americana;

• Seu companheiro, o *U-199* afundou um navio mercante inglês no dia 24.07, rumando para o norte, para se reabastecer de um submarino-tanque. Teve pouca sorte no caminho ao entrar na área intensamente patrulhada ao largo do Rio de Janeiro. Atacado por um *Hudson* brasileiro, teve perda de seus melhores artilheiros. Depois, interceptado pelo *Catalina* de Torres e um *PBM* americano, afundou com o impacto de dois lançamentos seguidos de cargas de profundidade do primeiro.

Além do relato dos Torres, vim a conhecer o do Paulo Pinto (Cel Av RR), publicado na *Revista Aeronáutica* (nº 207, março/abril de 1995) sobre o título "Aviões Brancos do Atlântico Sul — Parte II". Diz ele: "O VP-83 (depois VP-107), como primeira unidade de patrulha americana a efetivamente baseiar-se no Brasil (Parnamirim-Natal/RN), recebeu uma missão hercúlea: patrulhar a rota dos navios do cabo Orange até Salvador. Nesse desiderado, ele atuou, de 7 de abril de 1942 a janeiro de 1945, quando foi transferido para a Inglaterra. No período, o VP-83/VP-107 tinha afundado nove submarinos inimigos (*U-164*, *U-507*, *Archimedes* italiano, *U-598*, *U-604*, *U-848*, *U-849*, *U-177* e *U-863*). Esse recorde só foi suplantado na Segunda Guerra Mundial, pelos Esquadrões 120 e 206 da RAF, que afundaram, no Atlântico Norte, quatorze e doze submarinos, respectivamente.

Ao todo, o VP-107 perdeu em combate 36 tripulantes em sua operação no Brasil.

**QUADRO- INFORMATIVO DAS PERDAS DE NAVIOS BRASILEIROS
NÁ SEGUNDA GUERRA MUNDIAL¹⁰**

Navio Posições (a)	Comandante de Navio	Tonelagem	Data e hora de Berlim	Localização	Submarino	Comandante do submarino	Mortos	Salvos
1942								
1 Buarque	J. J. de Moura	5.152	1502 — 04h45min	36°35' N — 75°20' W	U-432	Schulze	1	64
2 Olinda	J. Benemond	5.085	1802 — 18h07min	37°30' N — 75°00' W	U-432	Schulze	—	46
3 Cabedelo	P. V. Silveira	3.557	2302 — ...	16°02' N — 49°00' W	Da Vinci	Lungaresi-Casati	54	—
4 Aracaju	A. A. Prado	7.874	0703 — 21h10min	35°15' N — 73°55' W	U-155	Piening	1	30
5 Cairu	J.M. Pogorno	5.132	0903 — 02h25min	39°10' N — 72°02' W	U-94	Iles	53	86
6 Parnaíba	R.F. Diegoff	6.692	0105 — 20h46min	10°12' N — 57°16' W	U-162	Waltenberg	7	65
7 Crm. Lda (b)	S. Oliveira	5.052	1805 — 22h30min	02°59' N — 34°10' W	Barberigo	Grossi	2	30
8 Gonçalves Dias	J. B. Figueiredo	4.996	2405 — ...	16°09' N — 70°00' W	U-502	Von Rosenzfel	6	46
9 Alegrete	E. C. de Souza	5.970	0106 — 21h51min	17°40' N — 61°50' W	U-156	Hartenstein	—	64
10 Paracuri	—	300	0506 — ...	17°30' N — 68°34' W	U-159	Wino	—	—
11 Não Ident.	—	—	0506 — ...	—	(c) U-159	Wino	—	—
12 Pedrinhas	E. M. Vidal	3.666	2606 — 23h17min	23°02' N — 62°06' W	U-203	Marzoburg	—	48
13 Tamandaré	J.M. de Oliveira	4.942	2601 — 08h15min	11°34' N — 60°50' W	U-66	Markworth	4	48
14 Piauí	R. F. da Silva	2.547	2807 — 20h30min	12°30' S — 55°49' W	U-155	Piening	1	34
15 Barbacena	O. T. Cunha	4.772	2807 — 00h40min	13°10' N — 56°00' W	U-66	Markworth	6	56

10. Elaborado pelo autor e publicado, em 1972, pelo MEC (Instituto Nacional de Cinema), no folheto explicativo do diafilme *A Participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, do mesmo autor.

Navio	Comandante de Navio	Tonelagem	Data e hora de Berlim	Localização	Submarino	Comandante do submarino	Mortos	Salvos
1942								
16 Baependi	J. S. da Silva	4.801	16/08 — 00h12min	11°50' S — 37°00' W	U-507	Schacht	270	36
17 Arariquã	L. A. Freitas	4.871	16/08 — 02h03min	12°00' S — 37°19' W	U-507	Schacht	131	11
18 Anápolis	H. J. da Silveira	1.904	16/08 — 09h13min	11°41' S — 37°21' W	U-507	Schacht	150	4
19 Itagibé	J. R. Nunes	2.055	17/08 — 15h49min	13°20' S — 38°40' W	U-507	Schacht	36	145
20 Arari	J. C. Gomes	1.075	17/08 — 16h03min	13°20' S — 38°49' W	U-507	Schacht	20	15
21 Não Ident.	17/08 — 22h37min	13°31' S — 38°36' W	U-507	Schacht
22 Jacin	89	..	19/08 — ..	14°30' S — 38°40' W	U-507	Schacht	..	6
23 Delfino	A. C. de Carvalho	2.570	28/09 — 01h10min	00°13' N — 47°47' W	U-514	Auffermann	5	34
24 Lajes	O. S. da Silva	5.578	28/09 — 02h15min	00°13' N — 47°47' W	U-514	Auffermann	5	46
25 Antonico	A. M. Neves	1.243	28/09 — ..	06°17' N — 52°35' W	U-516	Wiese	16	24
26 Porto Alegre	J. P. de Medeiros	5.187	03/11 — 16h42min	35°27' S — 28°02' W	U-504	Potter	1	40
27 Apuleia	J. S. Silva	5.766	22/11 — 22h17min	13°11' N — 54°39' W	U-163	Bengelmann	5	52
1943								
28 Bealvide	E. C. de Souza	6.076	18/02 — ..	12°38' S — 37°57' W	U-518	Wissmann	..	50
29 Afonso Pena	S. A. Basílio	3.539	02/03 — 23h01min	16°14' S — 36°03' W	Barbarigo	Rigoli	125	117
30 Tutóia	A. A. Farias	1.125	01/07 — ..	24°40' S — 47°05' W	60 U-515	Guggenberger	7	30
31 Pernalvide	J. P. Máximo	5.228	04/07 — ..	00°24' S — 47°36' W	U-590	Kruzer	5	37
32 Bagé	A. B. Guimarães	8.215	01/08 — ..	11°29' S — 36°58' W	U-185	Maus	28	106
33 Itapagé	A. da Berra	4.965	26/09 — ..	10°20' S — 35°45' W	U-161	Achilles	22	84
34 Costa Branco	299	..	28/09 — ..	Costa brasileira	(6) U-161	Achilles	4	6
35 Campos	M. A. Gama	4.663	25/10 — ..	24°07' S — 43°50' W	U-170	Pfeffer	12	51
1944								
36 V. de Oliveira	CF JB Rako	(5) 1.300	20/07 — 04h54min	22°29' S — 45°09' W	U-861	Oztop	99	145

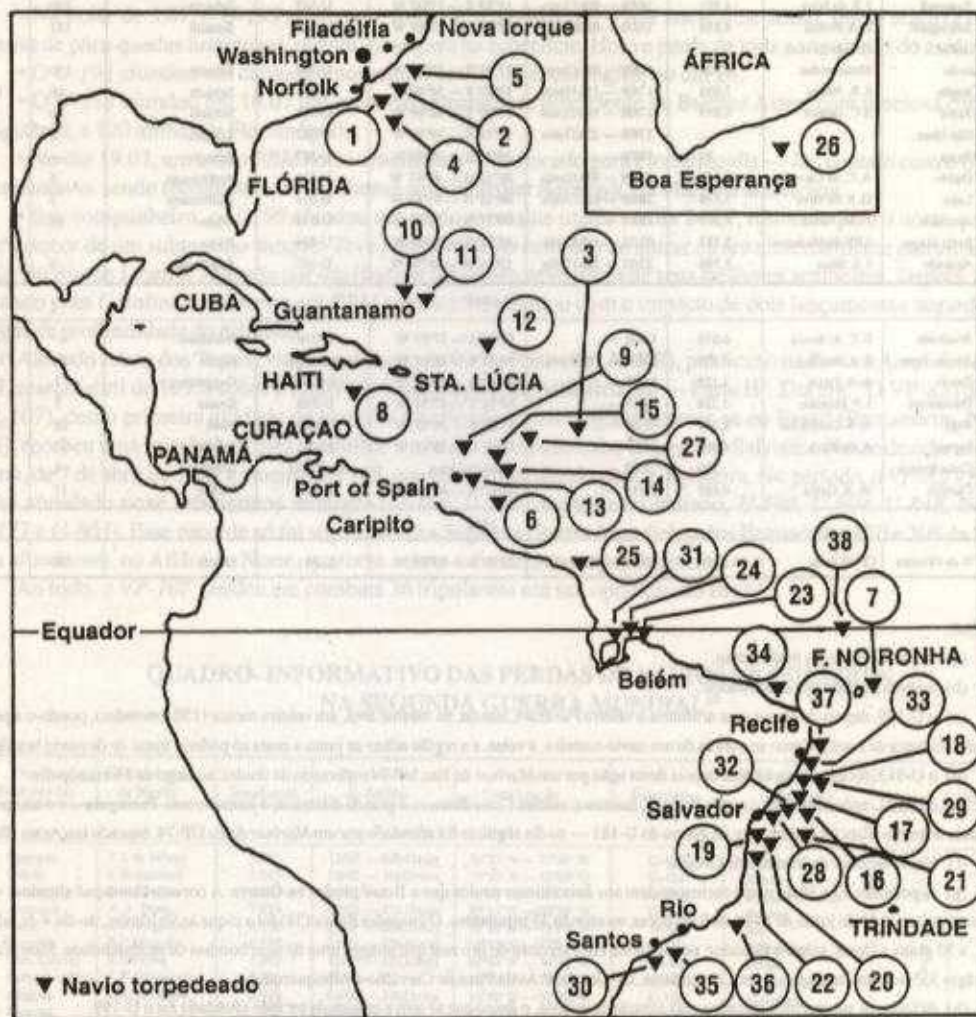
NOTAS:

- (a) Ver localização no mapa anexo.
- (b) embora torpedeado, não afundou;
- (c) O G-159, depois de atacar com artilharia o veleiro *Paracuri*, atacou, na mesma área, um veleiro menor (150 toneladas), pondo-o a pique a tiro de artilharia de bordo. Como se tratava de um navio costeiro, a velas, e a região achar-se junto a costa só poderia tratar-se de navio brasileiro;
- (d) o U-513, foi afundado 18 dias depois desta ação por um *Mariner* do Esq UP-74; operando de tãnder, ao largo de Florianópolis;
- (e) o U-161, após torpedear o navio *Itapagé*, avistou o veleiro *Cine Branco*, a grande distancia, e junto à costa. Perseguiu-o e o atacou com artilharia de bordo. Esta foi o último ato de guerra do U-161 — no dia seguinte foi afundado por um *Mariner* do Esq UP-74, baseado em Aratu (Bahia);
- (f) Navio-auxiliar da Marinha de Guerra;
- (g) as posições 37 e 38 do mapa correspondem aos dois últimos navios que o Brasil perdeu na Guerra. A corveta *Camaquã* afundou, virada pelo mar grosso, a 21 de julho de 1944, às 9:00 horas, morrendo 33 tripulantes. O cruzador *Bahia* (38) foi a pique às 9h10min., do dia 4 de julho de 1945, a 30 graus a Oeste, sobre o Equador, por acidente em exercício de tiro real que atingiu uma de suas bombas de profundidade. Morreram no naufrágio 333 homens, inclusive o seu Comandante, CF Garcia d'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque;
- (h) de todos os submarinos atacados pela aviação brasileira, o único que se tem a certeza de ter sido afundado foi o U-199.
- A ação deu-se a 31 de julho de 1943, tendo a embarcação sido atingida por um avião norte-americano ao se aproximar da área do Rio de Janeiro.
- Convocada a FAB, um avião A-2 *Hudson* e um *Catalina* localizaram o submarino navegando à superfície. Atacado, o barco afundou, recolhendo-se 12 sobreviventes.

FONTES

Pesquisas publicadas com base na Lista BR 1337 do Almirantado Britânico, nos Arquivos Secretos da Marinha alemã, ampliadas com dados colhidos pelo autor no Ministério da Marinha (Museu Naval) na Associação do ex-Combatentes e no Livro de Paulo de Q. Duarte *Dias de Guerra no Atlântico Sul* — Biblioteca do Exército, 1968, Rio.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS NAVIOS BRASILEIROS TORPEDEADOS (1942-1944)¹¹



11. Publicado, em 1972, pelo MEC (Instituto Nacional de Cinema), no folheto explicativo do diafilme *A Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial*, do autor.

ACORDOS POLÍTICOS PARA O PÓS-GUERRA (1945)¹²

Quando a vitória aliada se delineava, com a Europa reconquistada, os "Três Grandes" — Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética — inauguraram uma nova Tordesilhas, definindo os limites de ocupação e as questões de pós-guerra.

Stalin dominou os entedimentos com Churchill e Roosevelt. A primeira reunião, em Yalta, obrigou o presidente americano, seriamente enfermo, a longa viagem e a negociação, em cidade russa, de precárias condições de conforto, distante duas horas do aeroporto.

O ditador russo foi enfático em dois pontos: 1º) a questão das reparações de guerra, que permaneceram indefinidas pela exigência que fez do desmonte de 80% da indústria alemã, marcou também um duplo critério a ser adotado, ou seja, que os prejuízos considerados fossem os efetivamente sofridos, e a sua correspondente eficácia na contribuição para a vitória; 2º) a quimera americana de ver o mundo sair da guerra unificado em toda fé democrática esbarrou na inabalável colocação russa: *"tudo que for libertado pela bandeira vermelha será vermelho"*.

A tentativa dos Estados Unidos de induzir a Rússia a uma intervenção no Japão também teve contraproposta desmedida: seria aceita dois ou três meses após a capitulação alemã, nos limites definidos pelo Krelim, mediante entrega de forte elenco de equipa-

mento e materiais bélicos, além das reivindicações territoriais na Ásia.

Em Potsdam, Roosevelt, já falecido, cedeu lugar a Truman, que tinha pronta e testada a bomba atômica, para derrotar o Japão, e, embora fizesse ligeira menção disso a Stalin, não sentiu surpresa do mesmo, talvez já informado por seus órgãos secretos. Nessa reunião, Churchill soube de sua derrota eleitoral — aliás, devido a tal possibilidade, ele se fez acompanhar de seu substituto como Primeiro-Ministro, Clement Attlee. Foi, então, firmada a divisão da Europa, espartilhando a Alemanha entre o Mundo Livre e o Mundo Comunista, engendrada a aliança defensiva do Atlântico Norte e perpetuada a presença de forças americanas na Europa.

O passo seguinte seria o "toma-lá-dá-cá" da Conferência da Guerra de Paris.

TRATAMENTO DAS NOSSAS REPARAÇÕES DE GUERRA

Na Primeira Grande Guerra, o Brasil teve acolhida sua tese jurídica na sessão plenária da Comissão de Reparação, em 28.07.1921, defendida pelo delegado brasileiro, Raul Fernandes, não só quanto às reclamações suscetíveis de indenização, como através de penhores em poder do Brasil (caso dos navios apreendidos).

Tal não sucedeu, entretanto, na Segunda Guerra Mundial, quando o Governo brasileiro, desejando acompanhar o dos Aliados, promulgou a Lei Constitucional nº 5, de 10 de

12. CARTIER, Raymond. *A Segunda Guerra Mundial*, 2º volume, Tradução, Rio, Primor, 3ª edição, 1977 (791 páginas).

março de 1942, que preceituava, no parágrafo 2, do seu artigo segundo:

"Declarando o estado de emergência em todo o país, pode o Presidente da República, no intuito de salvaguardar os interesses materiais e morais do Estado ou de seus nacionais, decretar, com prévia aquiescência do Poder Legislativo, a suspensão das garantias constitucionais atribuídas à propriedade e à liberdade de pessoas físicas ou jurídicas, súditos de Estados estrangeiros que, por qualquer forma, tenham praticado atos de agressão de que resultou para os bens e os direitos do Estado brasileiro, ou para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no país."

Em seguida, pelo Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, foram definidas as sanções a que ficaram submetidos os bens e direitos de súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou residentes no Brasil, respondendo, pelo *"prejuízo que para os bens e direitos do Estado brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras ou resultarem de ato de agressão praticado pela Alemanha, pelo Japão e pela Itália"*.

Assim, procedeu-se ao arresto dos bens dos súditos do Eixo, cuja liquidação foi cometida, depois da vitória, à Comissão de Reparações de Guerra, que também tratou das indenizações pleiteadas pelos nacionais.

Estudando o problema das reparações de guerra, Mário Calábria¹³ alinhou as seguin-

tes considerações relativas aos prejuízos causados ao nosso País pela última guerra:

"Os danos materiais sofridos pelo Brasil, particularmente no que diz respeito à sua Marinha Mercante, foram mais altos, na sua quantidade ou na sua proporção, isto é, totalmente ou proporcionalmente, que os de alguns países premiados pela Conferência de Reparações de Paris. A Marinha Comercial Brasileira perdeu mais de um terço de sua tonelagem bruta, que, posto em número significa 36 navios, num total de 150.209 toneladas, as quais 73% do Loide Brasileiro."

"Em março 1942, por acordos especiais com os Estados Unidos, concordamos em mobilizar todos os nossos recursos de produção e em fornecê-los àquele país amigo a preços fixados por ele próprio. Anteriormente, em 1940, por acordo assinado com os produtores de café, era-nos fixada uma quota certa de exportação do artigo, a preço também fixado pelo comprador. Seguiram-se depois a cessão de bases aéreas no Norte e Nordeste do País e a nossa própria entrada na guerra. Foi quando, à solicitação dos nossos amigos e já então aliados, consentimos em arrendar-lhes doze navios de nossa frota mercante, ao preço simbólico de dólar mensal por unidade, assumindo, nós, ao mesmo tempo, o compromisso de destinar 23 dos que nos restavam ao tráfego exclusivamente entre esse país e os portos americanos".¹⁴

O esforço do Brasil para a consecução da vitória dos Aliados foi deveras pesado,

13. CALÁBRIA, Mário. *O Problema das Reparações de Guerra*, Rio, 1948, Ministério das Relações Exteriores.

14. OLIVEIRA, Antonio Camilo de, Embaixador. *A Política Exterior do Brasil, em Particular com os EUA*, Rio, 1944, MRE.

dadas as condições de seu estágio de desenvolvimento econômico e social. O nosso empenho na luta foi reconhecido pelo nosso principal aliado, os EUA, ao que se pode depreender de sucessivos depoimentos antes, durante e depois do reconhecimento pelo Governo brasileiro do estado de beligerância com as potências do Eixo.

“Sem a produção brasileira de materiais estratégicos e a ponte aérea, os Estados Unidos não teriam cumprido as suas metas — United States War Production Board.”

Registre-se a respeito o telegrama enviado pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt, em momento crítico, e assim redigido:

“Sr. Presidente Getúlio Vargas — Senti-me profundamente indignado pelo criminoso afundamento dos cinco navios brasileiros. Esse ato desprezível e bárbaro, em completo desrespeito a toda conduta civilizada e cavalheiresca, é completamente inútil em sua desesperada tentativa de coagir e intimidar o povo livre do Brasil, neste momento de grave ameaça ao respeito, integridade e destino dessa grande nação. Reafirmo, mais uma vez, a indissolúvel amizade do povo norte-americano e a nossa profunda gratidão pela cooperação na defesa do

*Hemisfério, de que já resultaram tantos sacrifícios ao Brasil, renovando a nossa determinação de vencer os que procuram inutilmente dominar o Brasil e a todas as outras nações. Confirmo mais uma vez que todos os meus pensamentos de simpatia estão com V. Exa, nesta hora delicada.”*¹⁵

O próprio *United States War Production Board* declarou, mais tarde, que “sem a produção brasileira de materiais estratégicos e a ponte aérea, os Estados Unidos não teriam cumprido as suas metas”¹⁶

“Passado, porém, o conflito, que aconteceu? Com uma nota de prejuízo que, sem incluir as despesas de guerra, orçava por coisa de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, o Brasil não foi convidado a participar da Conferência que faria em Paris o rateio das cotas de reparações. Segundo critério, a respeito do qual não fomos consultados, a despeito da nossa qualidade de beligerantes, os nossos Aliados da véspera nos notificavam de que, à semelhança dos demais países latino-americanos, meros espectadores do conflito, o Brasil deveria pagar-se dos seus prejuízos, mediante incorporação dos bens alemães já penhorados para tal efeito. Debalde o Brasil protestou contra a exclusão da partilha que se ia fazer em Paris e onde a nossa presença nos fora prometida pelos acordos de Yalta e Potsdam. Manifestamos, outrossim, que a modalidade de cobrança que nos era recomendada não ressarciria os nossos prejuízos. Não se pode contestar, com

15. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*, Rio, 1944, MRE.

16. A citação foi emprestada a Graham Stuart in *Latin America and the USA* e transcrita na Conferência mencionada em (16), no texto original seguinte: “...without Brazil's production of strategic materials and bridge of planes, the United States could not have met its schedules”.

efeito, que, composta principalmente de haveres pertencentes a pessoas físicas — italianas, alemães e japonesas — residentes no País, o patrimônio penhorado já estava, de fato, incorporado à economia nacional. Com liquidar esse patrimônio e apropriar-se do produto, o Brasil iria destruir uma riqueza criada, e isso, em detrimento dos seus interesses econômicos e do seu renome como país de imigração, sem que, ademais, tal medida pudesse ter qualquer efeito no desfalque que sofreramos com a guerra.”¹⁷

“O grave não era ver-nos excluídos da Conferência de Reparações, onde a nossa cota, sem o amparo dos Estados Unidos, houvera sido pequena, ou nenhuma, mesmo que levássemos à colação como parecia de regra, os bens alemães pertencentes às pessoas físicas e jurídicas, residentes ou estabelecidas no Brasil. O grave era ver-nos tratados negligentemente pelo nosso grande aliado no momento em que a nossa frota mercante se encontrava desfalcada de suas melhores unidades, em que a nossa rede de transportes terrestres padecia de um desgaste que reduziria ao mínimo a sua eficiência e em que o nosso modesto parque industrial precisava urgentemente de reequipar-se.”¹⁷

“A discriminação adotada quanto ao Brasil, no que toca às reparações de guerra, violou princípios de meridiana justiça, posto que o direito internacional, de fato reconhecido pelos Aliados, garantia-nos outro tratamento. Desde a Conferência de Yalta, cuja declaração final, datada de 11 de fevereiro de 1945 e assinada pelos ‘Três Grandes’, foi consig-

nada expressamente que, considerando os danos causados às Nações Unidas, a Alemanha estava **‘obrigada a fazer uma compensação por aqueles danos sob a forma mais ampla possível’**. Depois da vitória, novamente os ‘Três Grandes’ acordaram em Potsdam (17.07 a 02.08.1945), que a Alemanha vencida deveria recompor **‘todos os danos e sofrimentos causados às Nações Unidas’**. (grifos nossos.)

A primeira consideração a ser feita, quanto à posição brasileira, é que foi o Brasil o único país que, tendo participado efetivamente da luta armada, não se viu convocado para a Conferência de Reparações de Paris.”¹⁸

A segunda consideração é que a maneira indicada para o Brasil ressarcir-se dos prejuízos da guerra não atendia aos nossos direitos.

Vale aqui notar que o arresto dos bens dos súditos do Eixo, ocorrido após a declaração de beligerância, foi feito ao arrepio das tradições jurídicas do País, o que deu margem a decisões de nossos Tribunais no exame isolado nos processos de penhora, confisco ou liquidação daqueles bens. Havia, ainda, a considerar que “...com a deflagração da guerra, foram os bens italianos postos em custódia ou seqüestrados em virtude do Decreto-lei nº 4.166/42. Mas tornando a Itália, posteriormente, não beligerante, parte de seus bens foi liberada. Tinha em vista o Governo brasileiro tornar possível o reerguimento da economia italiana, bem como facilitar a retomada das relações comerciais, dada a situação especial que a Itália assumiu com a mu-

17. OLIVEIRA, Antônio Camillo de, Embaixador. *A Política Exterior do Brasil, em Particular com os EUA*, Rio, 1956.

18. CALÁBRIA, Marlo. *O Problema das Reparações de Guerra*, Rio, 1948, MRE.

dança do regime de cooperação com os Aliados na última fase do conflito".¹⁹

Tratávamos, assim, o inimigo de ontem com generosidade e altruísmo. O povo brasileiro, sacrificado pela guerra, não alimentava ódios nem discriminações, mas não recebera de seus aliados na luta pela sua liberdade e a dos demais povos o tratamento equânime que sua participação ativa na guerra exigiria. Note-se que, cinco entre quinze países contemplados no rateio da frota comercial alemã (Austrália, Egito, Índia, Nova Zelândia e União Sul-Africana) tiveram menos perdas de navios mercantes, em tonelagem bruta, que o Brasil — mesmo que abatidos os 10 navios alemães, italianos e dinamarqueses, incorporados ao patrimônio nacional pelo Decreto-lei nº 4.611/42.

Dizia ainda, em 1948, o diplomata Mário Calábria a esse respeito:

*"O Brasil tem um direito que é legítimo às reparações. Legítimo porque nasceu ao mesmo tempo que o direito considerado legítimo de todos os países convidados à Conferência de Reparções de Paris. Legítimo porque reconhecido nos textos de Yalta e Postdam e assegurado por uma participação efetiva na guerra que gerou danos e reparações: Legítimo, defensável, exigível."*²⁰

Mas não ficaram aí os nossos prejuízos e o dolo de seu não ressarcimento. O impacto da guerra sobre nossa frágil economia teria reflexos incomensuráveis.

O nosso comércio exterior de antes da guerra era feito em grande parte com a Europa, nela se situando sete dos dez países com

que, então, comerciávamos. A própria Alemanha concorria com 1/4 de nossas compras e ocupava o segundo lugar nas nossas vendas, com pequena deferença na balança comercial para os EUA.

As exigências da guerra incrementaram a diversificação de produtos de exportação, alguns essenciais para nós, como a carne, a borracha, o arroz e tecidos de algodão, outros imprescindíveis aos Aliados, como o cristal de rocha e outros minérios, o que se fez sob o regime de racionamento interno e exploração nem sempre racionalizada, cabendo aos EUA 61% do nosso intercâmbio com o exterior.

Terminada a guerra, perderam-se os antigos mercados e não se mantiveram alguns dos novos, bem como reduziu-se, outra vez, a pauta dos artigos de exportação aos produtos tradicionais (café, algodão e cacau), figurando os EUA como importadores e exportadores absolutos.

Todo o imenso sacrifício do povo brasileiro, nos penosos anos da guerra, está atestado nos saldos contábeis de nossa balança comercial de 1939-1945, bem como o reduzido déficit orçamentário impossível de ser contido, diante do fluxo inflacionário mantido através de emissões compulsórias.

"A paralisação do comércio internacional veio aumentar os estoques existentes no Brasil não somente de café como de outros produtos. Tivemos, logo no início da guerra, de emitir para financiar os agricultores, financiamento esse que foi crescendo

19. FONTOURA, João Neves da. Prefácio do livro *Reparações de Guerra*, Rio, 1952, MRE, de Ademar Vidal.

20. CALÁBRIA, Mário. *O Problema das Reparções de Guerra*, Rio, 1948, MRE.

de intensidade à medida que o bloqueio submarino apertava o cerco em torno dos aliados.”²¹

“Assim, fomos impelidos a emitir para dois fins: para financiar estoques de produtos não exportados e para adiantar aos exportadores em cruzeiros, as divisas congeladas no exterior, que atingiram somente nos Estados Unidos e Inglaterra a respeitável soma de, respectivamente, dois bilhões de dólares e 250 milhões de esterlinos” — aproximadamente US\$ 877 milhões.²¹

SALDOS COMERCIAIS CONGELADOS NO EXTERIOR DURANTE A GUERRA

A história dos saldos da nossa balança comercial tem aspectos relevantes a considerar. O progressivo aumento de nossos saldos com os EUA foi obtido a partir de 1940 na seqüência seguinte

1940	Cr\$ 3.250.000,00	US\$ 165.900
1941	Cr\$ 1.211.000.000,00	US\$ 62.198.253
1942	Cr\$ 2.851.000.000,00	US\$ 146.807.415
1943	Cr\$ 2.655.000.000,00	US\$ 136.714.727
1944	Cr\$ 2.761.000.000,00	US\$ 143.428.571
1945	Cr\$ 2.900.000.000,00	US\$ 150.469.350*

Os saldos existentes na Europa resultaram de nosso comércio na “área libra”, à qual pertencia a maioria dos países do Velho Continente, tendo se elevado a Cr\$3.260.685.000 correspondentes a US\$188.087.532. Desse total, ficaram congelados em Londres 2 bilhões e 810 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: Dinamarca, 271 milhões e 341 mil cruzeiros; Espanha, 451 milhões 717 mil cruzeiros; Inglaterra, 574 milhões 623 mil cruzeiros; Grécia, 75 milhões 150 mil cruzeiros; Holanda, 473 milhões 186 mil cruzeiros; Suécia, 153 milhões 57 mil cruzeiros; Noruega, 80 milhões 38 mil cruzeiros.

“Justo é lembrar que os nossos saldos em Londres são provenientes de mercadorias remetidas durante e depois do conflito mundial. Em sua maioria são a carne e o arroz e o algodão. O Brasil embarcava para a Inglaterra a carne e o arroz que faltavam para o consumo de seu povo, com grande sacrifício do qual até hoje sofremos as conseqüências, pois, a carne distribuída em quantidade insuficiente, ainda não permitiu libertarmos-nos do racionamento. E o nosso algodão foi imprescindível matéria-prima, que tornou possível às fabricas britânicas a industrialização de um produto vendido a dinheiro e a preços altos aos clientes da Europa.”²²

21. MELO, Francisco das Chagas. *O comércio exterior e a inflação brasileiro*, Rio, 1960, DASP.

22. ALENCASTRE, Amílcar. *Comércio Exterior de Pré e Pós-Guerra*, Rio, 1957, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serv. de Documentação

* Dólares equivalentes acrescidos por GSV Taxas de compra do US\$, à época, fornecidas pelo Banco Central, em maio de 1995.

Ao quadro drástico da guerra, sob o ponto de vista econômico, devastador para a poupança nacional, some-se a liberdade como o Governo brasileiro negociou os saldos credores no exterior.

“Julgávamo-nos vencedores da contenda mundial, mas, na realidade, em breve, estaríamos pior que os nela derrotados.”

“Entre muitos erros nele insertos estava o de utilizar os nossos saldos cambiais na Inglaterra para a aquisição de equipamentos e regularização da situação financeira das empresas britânicas no Brasil, o que equivale a dizer que os saldos, conseguidos dos brasileiros na grande escassez vital, graças ao acordo mencionado, iam reverter em favor dos portadores de ações das empresas inglesas desgastadas existentes no Brasil.”

“É de fato uma quinzena após a assinatura do acordo, os mencionados títulos tiveram uma alta de preços das ações de 300% na Bolsa de Londres, títulos antes desvalorizados, em baixa cotação, conseqüente de aquelas companhias nada mais significarem na realidade que um amontoado de ferro velho e máquinas obsoletas.”²²

Os saldos congelados em dólares não vieram também atender aos reclamos brasileiros. Os acordos de Bretton Woods criaram o Banco Internacional de Reconstrução, destinado a garantir empréstimos aos países sacrificados pela guerra.

“Como aliado, comparecemos e o Brasil assinou logo o acordo de criação do Banco, contribuindo com quase 1 bilhão de dólares, reduzindo o nosso saldo a 1 bilhão e meio. Dos empréstimos concedidos pelo Banco até 1957, o Brasil figurava entre os países com os quais o Banco tinha maiores saldos e desembolsar. Os países da Europa, mais felizes do que nós, nada tinham a receber. Pelo contrário, eram devedores das seguintes quantias: França, 250,5 milhões de dólares; Holanda, 221,5 milhões de dólares e outros com menores débitos.”²³

Por nossa incúria foram, finalmente, esbanjados os saldos restantes, sem que se importassem bens de capital, indispensáveis ao saneamento de nossa economia, reaparelhamento de nossos transportes marítimos e ferroviários e ampliação de nosso incipiente parque industrial.

“Em nenhum país do mundo estabeleceu-se liberdade de comércio em um período de transição de uma economia de guerra para uma economia de paz.”²³

A Portaria nº 7, de 1945, do Governo Vargas, que visava a disciplinar a aplicação de nossas disponibilidades cambiais, foi logo postergada, quando da redemocratização do País, sob o fundamento de falsos pregões de que ela intervinha na liberdade do comércio. Enfrentamos o pós-guerra sem um planejamento consentâneo com a realidade nacional ávidos de liberdade e do desfrute inseguro e artificial dos nossos saldos no exterior. Julgávamo-nos vencedores da contenda mundial, mas, na realidade, em breve, estaríamos pior que os nela derrotados.

22. ALENCASTRE, Amílcar. *Comércio Exterior de Pré e Pós-Guerra*, Rio, 1957.

23. Citado em 22.

Antes de encerrarmos este tópico, é oportuno registrar um outro, matéria de conceituado jornal carioca, sobre a ajuda norte-americana concedida ao Brasil desde o após guerra até 1962, em confronto com aquela dada a outros países:

"Já são conhecidos alguns dados do relatório do General Lucius Clay, o 'homem Berlim' e o presidente da comissão de 'Salvaguarda do Mundo Livre'. A essa comissão Kennedy deferiu o cargo de dizer se tem valido a pena a ajuda norte-americana aos países estrangeiros e se essa ajuda deveria ou não continuar [...]. São conhecidas algumas cifras dos auxílios prestados desde o fim da Segunda Grande Guerra, de 1945 a 1962. Na lista dos beneficiados, o Brasil figura em um dos últimos lugares. A lista começa com a França, com um montante de mais de nove bilhões de dólares; a Inglaterra, mais de oito bilhões; a Itália e a Coreia, mais de cinco bilhões; a Alemanha de Bonn, e a China de Chiang Kay Check, mais de quatro bilhões; a Índia, a Turquia, o Japão e a Grécia, mais de três bilhões. Ainda figuram à frente do Brasil o Paquistão e o Vietnã do Sul."²⁴

REFLEXÕES ATUAIS

O Coronel Celso Pires, ilustre membro do IGHMB, posfaciando meu livro de me-

mórias poéticas,²⁵ distinguiu-me com um aforismo latino. *Post Hoc Ergo Propter Hoc* — o que sucede é consequência do que antecede.

Vale recordá-lo, à guisa de um comentário final nessa longa exposição, como a dizer às novas gerações: Lembrai-vos do passado!

Doutrinariamente, sabe-se que o Poder Militar pode gerar efeitos nos diversos campos do Poder Nacional: político, econômico, psicossocial e, obviamente, militar. Mas para ser poder soberano tais efeitos devem ser os traçados pela própria nação, pois, do contrário, será ele um mero **poder coadjuvante**.

Isto vem a conta de nossa eventual participação em Forças de Paz (*sic*) da ONU.²⁶ Sem assento permanente no Conselho de Segurança daquela Instituição e com nossas fronteiras econômicas espremidas pelos 7 Grandes, que se pode pretender com aquela participação?

Gastos e prejuízos em ações militares, embora eufemisticamente ditas de paz, vale mais tê-los lutando para sanar questões internas, existentes ou potenciais.

Temos manchas de pobreza e miséria correspondentes a muitas e muitas Somálias. Como país de imigração, recebemos grandes contingentes de mão-de-obra alienígena, de diferentes etnias e religiões, talvez tão conflitantes quanto servos e croatas.

24. *Diário de Notícias* — Rio, 24.03.1963 (1ª seção, pág. 7).

25. VIDAL, Germano Seidl. *Reminiscências & Quejandos* — Versos (1944-1990), Rio de Janeiro, 1990, CBAG (edição autônoma e beneficente).

26. A ONU estava presente, no final de 94 em 16 áreas de conflito, com 78.949 homens, cujas forças já tiveram 651 baixas (*O Globo*, de 25 de dezembro de 1994, sob o título ONU Fracassa em Missões de Paz mas ainda é Insustituível. O Brasil, atualmente, mantém observadores militares em sete países (El Salvador, Guatemala, Angola, Croácia, Bósnia e Macedônia) e prepara um contingente de 1.100 homens para intervir em Angola (*O Globo*, de 21 de abril de 1995). "Mas, por enquanto, cada homem em Angola está custando a fábula de 100.000 dólares por ano (Veja, Seção Radar, pág. 45, do número de 26 de abril de 1995).

Nas nossas megalópoles existem bosões de desobediência civil, criminalidade organizada e ação paramilitar muito semelhantes às dimensões internas no Líbano.

Tudo isto constitui grave ameaça à nossa estabilidade política e entrave ao desenvolvimento econômico e à garantia de bem-estar social de nossa gente.

Além disso, devemos repensar o relevante e atual papel das nossas Forças Armadas, diante do país com fronteiras continentais de 15.749 km, abrangendo 10 países, litoral de 7.408 km, voltado para o Oceano Atlântico, e das açodadas demarcações de áreas indíge-

nas, criando parcelas restritas do território nacional em grandes extensões, incompatíveis com a população aborígine, sob a crescente pressão de inconfessáveis cobiças internacionais. Some-se a isso a tudo a perda da visão estratégica na euforia das privatizações. Voltamos ao predomínio da tecnocracia, como nos governos militares, agora sob o enfoque falacioso da modernidade.

O que seremos, no limiar do terceiro milênio, em termos de integridade e soberania, herdadas há cinco séculos, leva-nos à convicção de que, agora como nunca, somos todos responsáveis... □



AGRALE

Mais que produtos, soluções.